

O aborto na Folha Universal: caminhos e efeitos de um discurso religioso

Bruno de Matos Reis¹

¹Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense (UFF)

mattosreis@gmail.com

Resumo. *O discurso religioso cristão, confundindo-se e aliando-se a outros, tem há muito tempo permeado diferentes áreas da cultura ocidental. Considerando esse fato, meu objetivo é verificar os caminhos de produção e os efeitos de sentido produzidos por 5 (cinco) reportagens retiradas das edições número 838 (oitocentos e trinta e oito) e 783 (setecentos e oitenta e três) de um conhecido periódico de cunho religioso, a Folha Universal. Para isso, sirvo-me do aparato teórico da Análise do Discurso de linha francesa segundo Pêcheux (AD) na análise de um corpus que tem como tema a questão do aborto no Brasil. Em um exame que leva em conta aspectos ideológicos, observo no material analisado a predominância de um discurso que questiona a criminalização do aborto através da produção de efeito de evidência, corroborado por um sujeito que aparenta abandonar questões morais ou religiosas e incluir-se em uma formação discursiva em que a imagem da criminalização do aborto dá-se tão somente por seus aspectos sócio-políticos. Esse aparente afastamento ocorre, porém, sem que se percam – no material analisado – fortes marcas do discurso religioso. Nesse sentido, verifico que o discurso presente em meu corpus de análise encontra força principalmente no distanciamento de uma formação discursiva que – quando não combinada e apoiada na ilusória imparcialidade da crítica laica – tem pouca abertura na sociedade. Assim, levando em conta a abrangência e o reconhecimento do periódico em território nacional, considero que o discurso religioso no material de análise, mesclado e permeado por outros sentidos, acaba por ter potencializado o seu poder catequizador, uma vez que se afeiçoa a diferentes identidades ideológicas.*

Resumen. *El discurso religioso cristiano, confundiéndose y aliándose a otros, permea, desde hace mucho, diferentes áreas de la cultura occidental. Considerándose eso, mi objetivo es verificar los caminos de producción y los efectos de sentido producidos por 5 (cinco) reportajes sacados de las ediciones número 838 (ochocientos treinta y ocho) y 783 (setecientos ochenta y tres) de un conocido periódico de carácter religioso, la Folha Universal. Para eso, utilizo teóricamente del Análisis del Discurso de vanguardia francesa según Pêcheux (AD) en el análisis de un corpus que tiene por tema la cuestión del abortamiento en Brasil. En un examen que considera aspectos ideológicos, observo en el material analizado el predominio de un discurso que cuestiona la criminalización del abortamiento a través de la producción de efecto de evidencia, corroborado por un sujeto que aparenta abandonar cuestiones morales o religiosas e incluirse en una formación discursiva en que*

la imagen de criminalización del abortamiento se da solamente por sus aspectos sociopolíticos. Ese alejar aparente ocurre, sin embargo, sin que se pierdan - en el material analizado - fuertes marcas del discurso religioso. En ese sentido, verifico que el discurso presente en mi corpus de análisis encuentra fuerza principalmente en la segregación de una formación discursiva que - cuando no es combinada y apoyada en la ilusoria imparcialidad de la crítica laica - tiene poca apertura en la sociedad. Así, considerando la amplitud y el reconocimiento del periódico en territorio nacional brasileño, considero que el discurso religioso en el material de análisis, mezclado y permeado por otros sentidos, acaba por haber potencializado su poder catequizador, una vez que se refiere a diferentes identidades ideológicas.

Palavras-chave: discurso; religião; aborto

1. Introdução

Nesta análise, pretendo avaliar o discurso que surge na formação da imagem do tema aborto em certo periódico vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus, famosa vertente do pentecostalismo brasileiro. Para isso, tomo como *corpus* a edição número 838 do jornal *Folha Universal*, que trata a interrupção voluntária da gravidez em sua matéria de capa e algumas de suas reportagens periféricas. Para fins de comparação, trago também para esta análise uma reportagem isolada, ainda sobre o aborto, publicada na edição número 783 desse mesmo jornal. Assim, tem-se um *corpus* constituído de quatro reportagens mais uma; publicadas, respectivamente, nas edições 838 e 783 do periódico *Folha Universal*.

Vale ressaltar que, nesta análise, o foco principal é a matéria de capa da edição 838 da *Folha Universal*, Abortos Clandestinos (doravante MC). Assim, as outras reportagens que compõem este *corpus* serão consideradas apenas em sua relação com o que for aventado em MC.

A Análise do Discurso francesa (AD) é a base teórica desta análise. Por isso, o objetivo da AD e alguns conceitos desenvolvidos por Pêcheux - e outros teóricos da área - são descritos a seguir, neste quadro teórico.

A Análise do Discurso é uma teoria que surge no entremeio de outras áreas do conhecimento, promovendo uma releitura e redirecionamento de alguns de seus conceitos. Com isso, a disciplina visa a analisar seu objeto - o discurso-, e demarcar os caminhos que suscitam os processos de formação de sentido em um texto.

A corrente francesa da Análise do Discurso nasce, por assim dizer, da conjunção da Lingüística, Marxismo e Psicanálise. Desses três campos, têm-se, respectivamente, as premissas da materialidade - da não-transparência - da língua, da história e do sujeito. Sobre esse aspecto heterogêneo do surgimento da AD, vale lembrar o que nos alerta Orlandi (2006:13):

Como diz Michel Pêcheux e outros (1981), não se trata de se fazer uma adição ingênua dos três para desembocar em uma teoria do discurso. (...) A análise do discurso tem seu método e

seu objeto próprios que tocam os bordos da lingüística, da psicanálise, do marxismo, mas que não se confundem com eles. (ORLANDI, 2006:13)

Outro importante aspecto dessa teoria é o que se refere à concepção da língua como lugar de inscrição do discurso, como objeto material onde ele se realiza. Abrindo espaço para a idéia de contexto histórico-social, a AD rompe com a dicotomia saussuriana de língua/fala e, propondo uma leitura **não** dicotômica da relação entre língua e discurso, vai dizer que a língua só faz sentido graças à relação estabelecida, pelo discurso, com a exterioridade.

Sabendo-se que a língua deixa de ser vista simplesmente como um meio de codificação e transmissão de informação e passa ao lugar material de realização do discurso, torna-se imperativo definir esse objeto da AD. Esse conceito de discurso surgiu da necessidade de que se estabelecesse um lugar teórico que abarcasse o material lingüístico sem que se deixasse de lado o material sócio-histórico. Esse lugar, como afirma Bethania S.C. Mariani (1996), deveria ser “distanciado das (...) dicotomias língua/fala e competência/performance e “inscrito na relação entre língua e história” (Courtine, 1982:240)” (Mariani, 1996: 17)

Vale lembrar ainda que o conceito de historicidade do texto em AD não diz respeito ao estudo diacrônico da língua. Como afirma Orlandi (2006): “o que chamamos de historicidade são os meandros do texto, o seu acontecimento como discurso, seu funcionamento, o trabalho de sentidos nele.” (ORLANDI, 2006:22) Assim, a fim de compreender os sentidos produzidos pelo texto, deve-se buscar a historicidade contida/refletida nele e não tomar o que lhe é externo como ponto de partida.

No âmbito da questão ideológica, a Análise do Discurso vai introduzir o conceito de formação ideológica (FI), que é descrita como um “conjunto completo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas que reportam mais ou menos às posições de classe em conflito umas com as outras” (Harouche, Henry, Pêcheux, 1971:112)” (BETHANIA, 1996:20)”

Nesse sentido, emerge o conceito de formação discursiva (FD), que vai se configurar como um dos possíveis recortes, na linguagem, de um plano mais amplo: a formação ideológica. Segundo Pêcheux, FD é aquilo que é permitido e esperado em determinado contexto.

A AD postula uma noção de sujeito descentralizado de sua posição de controle. Não é ele, em primeira instância, o responsável pela produção de sentidos produzidos em um texto. Ocorre que o sujeito é submetido à língua e afetado pela formação discursiva em que se insere, “o assujeitamento é própria possibilidade de ser sujeito.” (ORLANDI, 2006:19). Desse modo, inserido no discurso e afetado por determinada formação discursiva, o sujeito corresponde à posição (histórico-social) em que ele se coloca ao falar.

Menciono ainda dois conceitos levados em consideração nesta análise. O primeiro é o Pêcheux vai chamar de formação imaginária, que trata as diferentes imagens que se formam, basicamente, nas relações entre sujeito, interlocutor e objeto do discurso. O seguinte, a memória discursiva, diz respeito ao entendimento de que

todo o dizer é impregnado do “já dito”, há uma memória que se constitui de todos os sentidos já atribuídos e esquecidos, na produção simbólica das práticas sociais; ou seja, se constitui dos diferentes sentidos que uma determinada palavra, por exemplo, recebeu em diferentes contextos.

Por fim, considero a noção de silêncio que, em AD, também é passível de análise, já que produz significados. Por silêncio, aqui, entende-se desde as omissões até os significados que emergem das palavras (utilizadas inconscientemente em detrimento de outras) e a escolha deliberada de determinado vocabulário, a fim de suscitar sentidos específicos.

Tomando por base os conceitos acima descritos e por pressuposto o fato de que os sentidos não têm origem no sujeito, nos voltamos novamente à proposta inicial a fim de buscar compreender os meios lingüísticos pelos quais se estabelece o discurso na formação da imagem do tema aborto na edição 838 do jornal *Folha Universal*.

2. A Folha Universal

A *Folha Universal* é um jornal vinculado à IURD. Surgido em 1992, a importância do periódico vem aumentando de maneira surpreendente nos últimos anos e – segundo a própria IURD (ANEXO 0) – hoje chega a atingir todo o território nacional com seus dois milhões de exemplares distribuídos gratuitamente pelas IURD’s espalhadas pelo país.

Em seu site, a igreja afirma diversas vezes que o objetivo do jornal é evangelizar e informar seus leitores, além de contribuir para uma visão crítica dos acontecimentos que, ainda segundo a igreja, são mostrados em sua verdadeira face. Outro aspecto em destaque no texto sobre o jornal é o de que esse seria politizado e “antenado” com os acontecimentos do mundo, o que propiciaria a seus leitores a possibilidade de refletirem e fazerem escolhas corretas.

Vale notar também o fato de que, por seu incomum caráter “jornalístico-religioso”, a *Folha Universal* não raramente causa polêmicas com seus posicionamentos político-sociais. Um famoso caso lembrado até hoje é o ocorrido durante as eleições de 1994, em que o jornal trouxe algumas manchetes que ligavam o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva a cultos africanos e à liberação do aborto (posicionamento que hoje parece ser defendido pelo jornal).

3. Comentários iniciais sobre o corpus

A capa da edição número 838 (ANEXO A) do jornal *Folha Universal*, já na manchete de capa, sugere a linha em que se dará o discurso a respeito da imagem do tema aborto. Procurando evitar palavras que remetessem à morte (ou até mesmo vida) de um feto em constituição, reportagem após reportagem a IURD (Sujeito1) indica enquadrar-se em uma FD em que a legalização do aborto é tão somente vista como uma questão de saúde pública, dado o número de mortes e complicações decorrentes de cirurgias malsucedidas.

Também é característica relevante do discurso de S1 a tentativa de associar a questão discutida ao posicionamento sóciopolítico do país e de seus habitantes, numa

construção em que a criminalização do aborto estaria ligada ao subdesenvolvimento e à falta de instrução.

Por fim, nesta etapa vale ainda apontar para o fato de que o discurso de S1 é constituído de forma a alcançar o que em AD chama-se efeito de evidência; ou seja, construção que – ancorando-se no tempo, espaço e utilizando-se de números, pesquisas e citações – busca maquiagem pressupostos do discurso, dando a ele o verniz de imparcialidade e veracidade.

4. Análise

4.1. Capa

Como dito anteriormente, há na capa da edição 838 da *Folha Universal* boa insinuação da forma como o discurso de S1 acerca do tema principal da edição.

Discursivamente, cabe, então, observar os caminhos que engendram as FDs em que se posicionam esse sujeito.

Considerando o grande espaço que ocupam e seu conseqüente destaque em relação aos demais itens que compõem a capa do jornal, muito provavelmente a imagem principal e a manchete de capa formam a primeira impressão/leitura/imagem que se tem da edição. Criando um bloco único de informação, as palavras “marcas” e “hipocrisia”, têm seu sentido restringido pela imagem que as acompanha. O que se tem, em conseqüência, é a idéia de que a não-legalização do aborto é uma medida muito questionável (hipocrisia), que tem como únicas conseqüências complicações pós-cirúrgicas ou a morte de mulheres (marcas). Qualquer possibilidade de fuga de tal linha é apagada pelo mini-texto que, disposto logo em seguida, fecha a questão: “Quase um milhão de brasileiras se arriscam em clínicas de aborto clandestino todos os anos. Vítimas do Estado? Da moral? Da religião?”.

Esse texto (doravante SM) é ainda de grande importância nesta análise, já que aponta para outras fortes marcas que nortearão o discurso de S1. São elas:

- Efeito de evidência: em “Quase 1,5 de brasileiras”, a presença de números parece propor um efeito de pesquisa, estatística e – por conseguinte – credibilidade ao que é dito. Esse efeito relaciona-se ao sentido historicamente construído de que números estariam ligados às ciências exatas, sentido que se alinha com a proposta de comprometimento com a “verdadeira face dos acontecimentos”, de S1. A idéia de exatidão, porém, fica comprometida pela palavra “quase”. Como se verá posteriormente, essa suscetibilidade do efeito de evidência é recorrente no *corpus* analisado; e
- Fuga do religioso e deslizamento da questão para outros campos: ao longo do tempo, a religião de modo geral vem se configurando como um dos maiores entraves à liberação do aborto no Brasil. Isso ocorre não somente de forma clara, em discursos de autoridades religiosas, por exemplo; mas também de forma velada, no discurso do senso comum que, assujeitado, toma para si muito do que foi criado há tempos no meio religioso – o que acontece, todavia, é que há o apagamento desse já-dito, disso que foi constituído historicamente. Assim, um discurso acerca do aborto que procura se afastar do ideal de moral (religiosa)

provavelmente está tentando aumentar sua credibilidade, que também contribui para o efeito de evidência mencionado anteriormente. Em SM, esse afastamento do religioso vai se dar através da retórica, com as perguntas: “[Vítimas] Da moral?” e “[Vítimas] Da religião?”. Assim, nesse contexto, a moral (religiosa) e a religião propriamente dita são sugeridas como possíveis causadoras das “marcas da hipocrisia”.

Ainda nesse sentido, destaco agora a outra pergunta que aparece em SM: “Vítimas do Estado?”. Aqui, como procuro mostrar mais adiante, a palavra “Estado” pode ser lido em um campo lexical ao qual pertencem não só as idéias de governo, leis e etc.; mas também aspectos sociais mais abrangentes, como a cultura e o nível de desenvolvimento do país.

4.2. Matéria de capa – visão geral

De maneira geral, “Abortos Clandestinos”, matéria de capa (ANEXO B) da edição 838 da *Folha Universal*, vai confirmar e expandir os caminhos discursivos indicados na capa do periódico.

O texto abre com o deslizamento da questão aborto do nível da moral para o social (a saúde pública) e inicia o discurso de vitimização da mulher que pratica que interrompe voluntariamente a gestação.

Assim como dito anteriormente e conforme procuro mostrar em breve, em MC é recorrente o uso de estimativas e outras estratégias que parecem corroborar o efeito de evidência no discurso de S1.

Ainda em MC, também vale menção o fato de que outra forte característica do discurso religioso neopentecostal faz-se presente. Tal característica é o anticatolicismo que, no discurso analisado, mais que a simples desqualificação do discurso da Igreja Católica acerca do aborto, produz outro efeito bastante interessante.

4.3. Matéria de capa em articulação com as demais reportagens

Nesta etapa, passo à observação de algumas marcas lingüísticas significativas em MC e – articulando-as, quando julgar pertinente, com as outras reportagens que compõem o *corpus* – busco os efeitos de sentido por elas suscitados.

O fato de S1 encontrar-se localizado em uma FD em que a criminalização do aborto é vista como algo negativo explica, em MC, o surgimento de tantos números que – ao menos em princípio – dão a essa formação discursiva uma carapaça de precisão, um efeito de veracidade aparentemente incontestável.

“(…) 1,4 milhão de brasileiras corre risco de morte” (MC1)
“A média é de 2,07 abortos induzidos por grupo de 100 mulheres, o que eleva a prática à terceira causa de morte materna no País.” (MC2)
“(…) 70 mil resultam em morte materna” (MC3)
“(…) 650 mulheres, em média, têm como destino, todos os dias, a internação na rede pública de saúde em decorrência de abortos realizados clandestinamente”. (MC4)

destaques meus

Todos esses trechos foram retirados de MC e assim agrupados parecem ter ainda mais fortalecido o efeito de realidade, de evidência. Esse efeito, cabe observar, pode dar-se de duas formas: a primeiro já foi tratada aqui e refere-se ao historicamente constituído acerca da relação dos números com as ciências exatas, com a exatidão, com a precisão e – por extensão – com a realidade; a segunda, não menos importante, é quase sempre ignorada pelo interlocutor comum e – talvez por esse motivo – foi deixada de lado em MC. Trata-se da citação de fontes que, quando respeitadas e confiáveis, colaboram muito para esse efeito.

Porém, como aponta a leitura do ANEXO B, tais fontes são totalmente silenciadas. Esse silenciamento, então, deixa brechas para duas leituras: ou as fontes consultadas não são confiáveis, não contribuiriam positivamente no discurso; ou ainda elas nunca existiram, tendo esses dados sido criados aleatoriamente, sem base em pesquisas preliminares. Reitero que essas duas leituras só se tornaram possíveis pela abertura deixada pelo silêncio. O silêncio, em AD, significa.

Outra marca que não demora a aparecer na materialização do discurso de S1 (em MC) é a abordagem do tema aborto num campo sócio-político.

“(…) é ainda pior para as mais pobres. Como tudo no Brasil.” (MC5)
“(…) a desigualdade social pode significar o limite entre a vida e morte.” (MC6)
“(…) organizações feministas que defendem o direito de escolha das mulheres e lutam por igualdade entre pobres e ricos. ” (MC7)
“(…) (a maioria subdesenvolvidos ou em desenvolvimento) onde as interrupções são consideradas ilegais ou severamente restritas”. (MC8)
“Como era de se esperar, 96 % dos procedimentos inseguros são feitos justamente nos países em desenvolvimento.” (MC9)

destaque meu

Tanto em MC5 quanto em MC6 e MC7, o que se vê é a tentativa de mostrar a questão da criminalização aborto como parte integrante do grupo de problemas que têm reflexos principalmente nas camadas mais populares da sociedade. O sentido que se cria a partir disso é bastante positivo para a posição discursiva de S1, uma vez que – de certa forma - se alinha com o discurso contemporâneo que toma como positiva e urgente a resolução dos problemas que atingem prioritariamente as classes menos favorecidas.

MC8 e MC9, mais do que reforçarem os sentidos que mencionei anteriormente, elevam a questão, por assim dizer, a um nível que compreende o Brasil em sua posição em relação às outras nações. Aqui, o discurso de S1 alinha-se a outro discurso vigente: o do desenvolvimento, do progresso. Isso se dá quando leis de criminalização do aborto são vinculadas a países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Sabe-se que, em tempos de globalização e abertura de mercados, a ascensão ao grupo dos países desenvolvidos tornou-se importante meta para a maioria das nações. Hoje, um país subdesenvolvido ou em desenvolvimento é, sobretudo, um país atrasado na corrida do progresso. Assim, quando a criminalização do aborto é mostrada como uma

característica eminentemente de países subdesenvolvidos, ela é – também – um sinal de atraso.

Atraso esse que ultrapassa questões políticas e – no discurso de S1 – parece estar também vinculado a questões mais específicas, como grau de instrução, por exemplo. Em *Plebiscito sobre a liberação do aborto* (doravante T1), reportagem retirada da edição 783 da *Folha Universal*, isso parece estar sugerido na pesquisa “Qual sua opinião sobre a legalização do aborto?”.

Ali, há fotos de quatro pessoas que teriam participado da pesquisa. Apesar de não haver informações sobre o número total de seus participantes, segundo o que é dado, três deles declaram-se a favor e um, contra. Entretanto, o que quero observar aqui são as informações a respeito dos participantes, suas profissões, especificamente. A única participante que se posiciona a favor da criminalização do aborto é a vendedora, que, muito provavelmente, não é formada em nenhum curso superior. Já os três que se colocam contra a criminalização do aborto são o geólogo e os dois engenheiros; ou seja, três pessoas certamente graduadas no Ensino Superior. Num discurso que sugere uma relação entre o atraso e a criminalização do aborto, o efeito produzido aqui me parece muito significativo.

Uma vez que o discurso de S1 acerca do aborto visa a vitimização da mulher que pratica esse ato, palavras como “filho”, “criança” ou “feto” - que quase sempre ocorrem nesse tipo de contexto – praticamente não aparecem nas materializações do discurso de S1. A única vez em que se vê a palavra filho em MC é no contexto que se refere a uma jovem que, não tendo conseguido realizar um aborto, diz não ter sentimentos positivos em relação ao filho e afirma ainda ter perdido a “alegria de viver” depois do nascimento da criança. Essa palavra, então, parece mergulhada em negatividades que não deixam abertura para um discurso afirmativo sobre a maternidade ou ainda para a visão do aborto como o assassinato de uma criança, a morte de um filho.

“Carla, no entanto, admite que não nutre sentimentos positivos em relação ao filho. “Sou obrigada a visitá-lo na casa dos meus pais a cada quinze dias e não sinto prazer nisso. Não vou mentir: eu não o desejei e hoje sinto que ele é um peso na minha vida. Não sinto por ele esse amor que todo mundo diz que as mães sentem. Só não desapareço por causa dos meus pais. Antes era muito alegre e falante. Perdi esse brilho, essa alegria de viver depois que virei mãe”, desabafa.” (MC9)

Nesse contexto de relatos e depoimentos, trago ainda “Medo dos pais?” (T2, ANEXO C), “Criminosas?” (T3, ANEXO D) e “Riscos menores” (T4, ANEXO E), que são três reportagens da edição 838 da *Folha Universal* que também formam o *corpus* deste trabalho. Por serem todas relatos sobre jovens que praticaram o aborto e por – apesar disso – serem bastante distintas com relação a personagens e desenrolar da narrativa, traço agora um paralelo entre elas visando chegar aos sentidos que suscitam.

Em T2, Yara, quando ainda uma jovem de 18, temendo a reação dos pais religiosos caso descobrissem sua gravidez, procura sozinha uma clínica clandestina e, com muitas dificuldades, consegue realizar o procedimento. O pós-operatório é bastante complicado e, enquanto a menina tem que passar por nova cirurgia, sua mãe acaba descobrindo seu segredo.

Em T3, Maria, 22 anos, é uma menina pobre que chega a um hospital municipal apresentando um quadro que sugere um aborto mal-realizado. Suspeitando do caso, os médicos chamam a polícia e a jovem – ainda que libertada pouco depois – é presa em flagrante.

T3 é uma narrativa “romantizada” que muito se distancia do que se conhece por discurso jornalístico padrão. O texto narra o caso de Valentina, uma menina da classe média alta que, com o apoio dos pais e namorado, procura uma clínica muito bem equipada e realiza um aborto.

O que se tem, com esses relatos, são amostras de casos que se afinam com o discurso de S1.

“Filha de família religiosa, sua mãe nem poderia imaginar que ela já não era mais virgem. Com medo dos pais e de interromper sonhos e projetos profissionais, decidi abortar.” (T2.1)
“Analfabeta, a garota assina uma confissão.” & “(...) não tem condições de pagar a fiança. (T3.1)”
“Com o apoio dos pais, decide que não é o momento ideal para ter um filho.” (T4.1)
“muito segura de sua decisão, prepara-se, deita na cama, toma anestesia geral e não sente nada.” (T4.2)
“O casal agradece e deixa a clínica com uma sensação de alívio. Valentina não vê a hora de começar as aulas.” (T4.3)

O trecho retirado de T2.1 está em consonância com o discurso de S1 acerca da religiosidade, sobre o qual logo me aprofundarei. Ali, em uma leitura metafórica, os pais e a filha podem ser vistos respectivamente como o discurso da moral (religiosa) e suas conseqüências na sociedade.

T3.1 vai dialogar com a questão levantada em MC5, MC6 e MC7. Também aqui há uma tentativa de vincular a criminalização do aborto à classe de problemas sociais que vitimizam os mais pobres.

Já os trechos destacados em T4 diferenciam-se bastante dos destacados em T2 pelo fato de apontarem para um discurso que não é explicitado em MC. Apesar disso, ele parece muito afinado – e até iguala-se, pode-se dizer - aos sentidos trazidos na matéria de capa. Isso acontece porque o discurso de apologia à legalização do aborto presente em MC é construído não pela afirmação de si mesmo, mas pela negação do que lhe é contrário – a criminalização, no caso. T4, assim, é perfeitamente compatível com o que foi construído em MC e pelas outras reportagens articuladas à matéria de capa. O discurso não muda, o que muda são os mecanismos de construção de seus sentidos. Em outras palavras, enquanto em MC há uma “negativação” da criminalização do aborto (negação do discurso anterior); em T4 há uma positivação de um relato que seria comum caso o aborto fosse descriminalizado (agora sim, afirmação de si mesmo). Assim, os caminhos são outros, mas os sentidos muito próximos.

Em uma rápida comparação entre os trechos T2.1 e T4.1, logo se percebe a discrepância no que diz respeito às famílias com relação ao aborto das jovens. O que ressalta, porém, é fato de que não há qualquer informação sobre religiosidade dos pais

que apóiam o aborto da filha (T4.1). Amparado nessa materialidade, acredito ser possível dizer que a religiosidade – então – estaria ligada à criminalização do aborto e – informação que aqui é mais importante – a suas conseqüências, por extensão.

Articulados, T4.2 e T4.3 também oferecem um material interessante. Importante lembrar que, segundo o que se lê em MC, todos os nomes contidos nos relatos são fictícios, criados para as reportagens. Desse modo, vale pensar os sentidos que sugerem o nome Valentina: valente, valentia. Sentidos que se alinham com o que se vê em T4.2 e que também vão se relacionar com o processo de afirmação da legalização do aborto, já que uma jovem destemida é capaz de decidir pelo que melhor para si e, por isso, pode evitar um filho indesejado e o comprometimento de seu futuro e felicidade. Vale observar o contraste a seguir:

MC	T4
“Carla, de 22 anos, não tinha dinheiro para ir a uma clínica segura e não teve coragem de tomar remédios.” (MC10)	“ muito segura de sua decisão , prepara-se, deita na cama, toma anestesia geral e não sente nada.” (T4.2)
“ Perdi esse brilho, essa alegria de viver depois que virei mãe”, desabafa.” (MC11)	“O casal agradece e deixa a clínica com uma sensação de alívio . Valentina não vê a hora de começar as aulas.” (T4.3) destaques meus

Por a *Folha Universal* tratar-se de um jornal vinculado e coordenado pela IURD, considero que uma das características mais interessantes de seu discurso seja o aparente afastamento do religioso. Pois ainda que, como visto na seção 3 (três) deste trabalho, o periódico pretenda-se instrumento evangelizador de seus leitores, o que à primeira vista se nota neste *corpus* é a tentativa de distanciar-se desse papel.

“(…) geralmente católicos fervorosos que preferem manter o aborto na lista de crimes do Código Penal Brasileiro.” (MC12)
“(…) a realização de um plebiscito para consultar a população brasileira sobre a descriminalização do aborto. A notícia atingiu em cheio o alto clero, pois, caso haja a aprovação, será uma demonstração de que os dogmas da Igreja Católica não estão mais influenciando as políticas sociais.” (T1.1)

Não diferentemente do que foi visto na análise das questões sóciopolíticas presentes no discurso de S1, aqui também é possível que se note a tendência desse discurso de alinhar-se com as formações discursivas vigentes.

Especificamente nesse caso, a postura aparentemente distanciada da religiosidade, mais que uma simples crítica ao catolicismo, apóia o efeito de evidência do discurso. Ora, sendo a IURD um dos braços mais fortes de uma religião – o Pentecostalismo –, a explicação que parece plausível é a de que S1, com tal afastamento, procura parecer um observador crítico, um questionador ou até mesmo um elemento desvinculado da religião. Isso porque, quando critica o catolicismo e seus dogmas, S1 iguala-se aos sujeitos que se encontram em uma FD que vai tratar a moral (religiosa) como um obstáculo não só à legalização do aborto, mas também ao fim do atraso, e – por que não – ao progresso.

5. Considerações finais

Retomando Pêcheux na visão do discurso como o efeito de sentido entre interlocutores, acredito que o principal efeito que se tem aqui seja o de desqualificação do discurso de criminalização do aborto.

Retomar esses caminhos, estratégias e procedimentos utilizados na formação da imagem do aborto e chegar ao discurso por eles materializado foi o que busquei na análise do *corpus* deste trabalho.

Fiz menção, nesta análise, às condições de produção do *corpus*, desde o local de sua elaboração até as características do suporte em que ele se encontra. Isso importa porque, a partir daí, pude perceber que marcas do discurso religioso permanecem fortes e em constante articulação com os demais sentidos produzidos. Isso pode ser notado através da localização das reportagens – muitas vezes dispostas entre símbolos e propagandas religiosas – e também no título do jornal, que remete ao grupo religioso por ele responsável. Levando-se ainda em conta a abrangência e o reconhecimento do periódico em território nacional, acredito que o discurso religioso nele presente tem seu poder catequizador potencializado já que, mesclado e permeado por outros sentidos, encontra abrigo em diferentes identidades ideológicas.

As possibilidades de análise são muitas para os que se debruçam sobre um texto. Desse modo, cabe dizer que não tive a pretensão de esgotar as formas de trabalho com esta proposta ou objeto de estudo.

6. Referências bibliográficas

ATUAÇÃO na mídia: mídia impressa. Igreja Universal do Reino de Deus, São Paulo, SP, 2008. Disponível em: <<http://www.igrejauniversal.org.br/midia-impressa.jsp>> Acesso em 26 de maio de 2008.

FRESTON, Paul. *Breve história do pentecostalismo brasileiro*. In: ANTONIAZZI, Alberto (coordenador). Petrópolis: Vozes, 1994

MARIANI, Bethânia. Língua e história (ou discutindo a lingüística e chegando à análise do discurso). In. *Caderno de Letras da UFF*, 12, Niterói, Instituto de Letras da UFF, 1996.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio; no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy Maria. *Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006

7. Anexos

7.1. Anexo 0 - Folha Universal

Forte aliada no processo de evangelização, desde 1992 a *Folha Universal* é o jornal evangélico de maior circulação no Brasil e no mundo. Atinge, através de distribuições nas Igrejas, todos os níveis sociais em todos os estados brasileiros. Agora em seu novo

formato de tablóide, com 32 páginas, apresenta uma linha editorial heterogênea voltada para a evangelização e o fortalecimento espiritual dos membros da igreja, sem deixar de lado a preocupação do cotidiano dos leitores, de uma forma geral. Suas editorias abrangem notícias nacionais e internacionais sobre saúde, esporte, lazer, entretenimento e problemas sociais.

A Folha, hoje, é um jornal politizado, que acompanha o seu tempo e permite aos seus leitores uma visão analítica e crítica do que está acontecendo no Brasil e no mundo.

Com uma equipe de profissionais, se mantém atendida com os fatos que regem o cotidiano das pessoas, como as mudanças na economia, na política, no comportamento; os avanços da medicina, da ciência e da tecnologia. Amenidades também fazem parte deste jornal, em que o leitor está sempre em primeiro lugar.

Ao longo de sua existência, a *Folha Universal* tem procurado informar, esclarecer, entreter e evangelizar cada vez mais pessoas. Com uma tiragem que ultrapassa os dois milhões de exemplares, o jornal tem um absoluto compromisso com a verdade. Com o dever de mostrar a verdadeira face da informação.

Sabemos que o homem bem informado e politizado é capaz de fazer escolhas acertadas e com isso conquistar melhor qualidade de vida. Assim sendo, a Igreja Universal tem o compromisso de também informar sobre os acontecimentos do cotidiano, fazendo com que reflitam sobre suas vidas e conquistem, nobremente, os seus ideais.

7.2. Anexo A



Capa da edição número 838

7.3. Anexo B - Abortos clandestinos

Se juntássemos todas as mulheres que se submetem a abortos clandestinos no Brasil todos os anos, daria para povoar as cidades de Porto Alegre (RS) ou Curitiba (PR). Ao

optar por interromper uma gestação não desejada, um batalhão de 1,4 milhão de brasileiras corre risco de morte. Antes de ser uma questão moral, o aborto no País é um desafio para a saúde pública.

A realidade cruel, que pode atingir todas as mulheres em idade fértil, é ainda pior para as mais pobres. Como tudo no Brasil. No caso de uma atividade hoje ilegal como o aborto, a desigualdade social pode significar o limite entre a vida e a morte. Quem pode, paga para uma equipe médica competente interromper a gestação sem correr riscos. Quem não pode, tem como opção arriscar a vida tentando interromper a gravidez ao tomar chás e remédios suspeitos ou, pior ainda, procurando clínicas precárias, que cobram pouco e estão cheias de pessoas despreparadas. A média é de 2,07 abortos induzidos por grupo de 100 mulheres, o que eleva a prática à terceira causa de mortalidade materna no País. As complicações decorrentes são ainda o quinto maior motivo pelo qual as mulheres são internadas nos serviços públicos.

Essa triste realidade não é só brasileira. Um quarto da população mundial vive em países (a maioria subdesenvolvidos ou em desenvolvimento) onde as interrupções são consideradas ilegais ou severamente restritas. No mundo, são realizados cerca de 46 milhões de abortos por ano, 19 milhões de forma insegura, dos quais 70 mil resultam em morte materna.

A maioria das meninas que resolve abortar o faz por medo da reação dos pais. Das sete mulheres ouvidas pela Folha Universal (os depoimentos estão nas próximas páginas, com nomes trocados a pedido delas), seis iniciaram o relato justificando a decisão por medo da família. Não fosse por isso, a maioria teria encarado o desafio de ter o filho mesmo antes da idade planejada. Carla, de 22 anos, não tinha dinheiro para ir a uma clínica segura e não teve coragem de tomar remédios. Pensou em dar o filho logo depois que ele nascesse, mas a gestação foi prematura. Entrou em trabalho de parto antes da hora, na presença dos pais. Hoje, o menino tem dois anos e é criado pelos avós maternos.

Carla, no entanto, admite que não nutre sentimentos positivos em relação ao filho. “Sou obrigada a visitá-lo na casa dos meus pais a cada quinze dias e não sinto prazer nisso. Não vou mentir: eu não o desejei e hoje sinto que ele é um peso na minha vida. Não sinto por ele esse amor que todo mundo diz que as mães sentem. Só não desapareço por causa dos meus pais. Antes era muito alegre e falante. Perdi esse brilho, essa alegria de viver depois que virei mãe”, desabafa.

O fato do aborto ser crime no Brasil gera muita polêmica. De um lado, estão os chamados “pró-vida” – geralmente católicos fervorosos que preferem manter o aborto na lista de crimes do Código Penal Brasileiro. De outro, estão organizações feministas, que defendem o direito de escolha das mulheres e lutam por igualdade entre pobres e ricos. De acordo com o segundo grupo, se as brasileiras tivessem direito de escolher se podem ou não interromper a gravidez, o serviço público de saúde poderia oferecer o procedimento de forma segura e acabar de vez com as terríveis clínicas clandestinas sem estrutura, chamadas de “açougues”. Essas organizações argumentam ainda que despenalizar o aborto não aumentaria o número de casos. Para provar, dão exemplo de países onde a prática não é crime. O grupo das 31 nações onde a interrupção voluntária da gravidez é legalizada reúne lugares tão distintos como Canadá, França, Irã, Camboja, Etiópia, México e África do Sul. Como era de se esperar, 96% dos procedimentos

inseguros são feitos justamente nos países em desenvolvimento. A América Latina registra 17% dos abortos clandestinos, atrás apenas da África (58%).

“Ninguém é a favor do aborto. O que queremos é alterar o Código Penal. A mulher já é penalizada naturalmente quando resolve interromper a gravidez. Nossa luta é pela legalização, que é questão de saúde pública”, argumenta Rozina Conceição de Jesus, coordenadora do braço paulista da União Brasileira de Mulheres (UBM).

No Congresso Nacional, as propostas de mudança na lei estão emperradas, com políticos temerosos em perder votos com a discussão sobre o tema. Enquanto isso, 650 mulheres, em média, têm como destino, todos os dias, a internação na rede pública de saúde em decorrência de abortos realizados clandestinamente.

7.4. Anexo C - O medo dos pais

Yara, de 40 anos, fez um aborto após engravidar de um rapaz com quem mantinha um romance eventual. Ela tinha 18 anos e estava no primeiro ano de faculdade. Filha de família religiosa, sua mãe nem poderia imaginar que ela já não era mais virgem. Com medo dos pais e de interromper sonhos e projetos profissionais, decidiu abortar. Encontrou uma clínica clandestina e marcou a data. No dia combinado, o médico foi preso e o consultório, interditado. Desesperada, procurou outro local. Um médico fazia os procedimentos na própria casa dele. “Não era exatamente sujo, era uma casa normal, sem esterilização, sem condições de atender pacientes para um procedimento desses. Só que, na época, eu nem tinha noção disso”, lembra ela.

No dia seguinte, Yara não parava de sangrar e sentia cólicas fortíssimas. Ligou para o tal médico. “Ele mandou tomar duas doses de uma injeção na farmácia. Tomei só uma e o sangramento parou na hora. À noite, as dores ficaram insuportáveis. Fui a um hospital público e minha mãe me acompanhou. Sem saber do que havia acontecido dois dias antes, claro”. No hospital, Yara descobriu que o médico clandestino havia destruído o feto sem retirá-lo do seu útero, que estava perfurado. Ela corria risco de morte e por isso os médicos do hospital onde foi atendida, tiveram que contar para a mãe o que havia acontecido. Yara ficou dois dias internada e passou por uma mini-cirurgia para limpar o útero. Por pouco não morreu. “Depois, fiquei sabendo que quatro meninas morreram naquela casa, nas mãos do mesmo cara que fez o aborto mal feito em mim”, relata.

7.5. Anexo D - Criminosas?

Rio de Janeiro, 2008. Maria, de 22 anos, desempregada, chega ao Hospital Municipal Souza Aguiar com hemorragia. A médica que a atende redige um relatório em que indica suspeita da garota ter provocado um aborto e por isso estar com sangramento. Imediatamente, um policial se apresenta disfarçado de assistente social e tenta arrancar uma confissão de Maria.

Diz que, se ela assinasse um documento, poderia ser liberada. Analfabeta, a garota assina uma confissão. O policial comunica à delegacia mais próxima e Maria, com saúde debilitada, é presa em flagrante acusada de ter provocado um aborto. Uma advogada que estava no hospital acompanha o caso e pede a liberdade provisória da menina, que não tem condições de pagar a fiança. Como não há provas de que ela cometeu o crime, uma juíza concede liberdade provisória. O Ministério Público aguarda

o laudo do Instituto Médico Legal para ver se abre ou não um inquérito. Só depois, com base nos documentos, a Justiça vai decidir se Maria é ou não uma criminosa. Se ficar provado que provocou o aborto, pode ficar detida por um ano, no mínimo.

7.6. Anexo E - Riscos menores

Valentina, de 19 anos, estudante de classe média alta da zona sul carioca, descobre que está grávida. Com o apoio dos pais, decide que não é o momento ideal para ter um filho. A garota acaba de passar no vestibular e vai começar o curso de publicidade numa faculdade privada no mês seguinte. Acompanhada da mãe e do namorado, Valentina vai a um mini-hospital clandestino indicado por uma amiga. A fachada da mansão parece a de uma clínica de estética. Segurança na porta, recepção organizada, sofás confortáveis, café e água. Como a gestação está no início, o “procedimento” custa R\$ 3 mil. Em dinheiro e à vista.

O médico explica tudo o que será feito, mostra as dependências do consultório muito limpo, bem decorado e arejado. Na sala de cirurgia, três portas e quatro funcionários – enfermeira, anestesista, instrumentador e médico auxiliar – usam luvas, jalecos e máscaras. No dia marcado, Valentina vai até a clínica, muito segura de sua decisão, prepara-se, deita na cama, toma anestesia geral e não sente nada.

Quando acorda, algumas horas depois, está em outra sala, repousando, ao lado do namorado, que segura a mão dela. O médico, muito solícito, faz uma consulta rápida, dá algumas recomendações, receita um remédio para que Valentina tome caso sinta dores e deixa um telefone de emergência, para o qual a menina pode ligar se tiver alguma dúvida. O casal agradece e deixa a clínica com uma sensação de alívio. Valentina não vê a hora de começar as aulas.